I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

DIREITO EDUCACIONAL, ENSINO JURÍDICO E METODOLOGIAS DE PESQUISA

D598
Direito Educacional, ensino jurídico e metodologias de pesquisa [Recurso eletrônico on-line] organização I Encontro Nacional de Direito do Futuro: Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte;

Coordenadores Tais Mallmann Ramos, Vinícius Biagioni e Michelle Asato Junqueira – Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara - ESDHC, 2024.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-944-5
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Os desafios do humanismo na era digital.
1. Direito do Futuro. 2. Humanismo. 3. Era digital. I. I Encontro Nacional de Direito do Futuro (1:2024 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

Dom Helder
ESCOLA SUPERIOR

I ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO DO FUTURO

DIREITO EDUCACIONAL, ENSINO JURÍDICO E METODOLOGIAS DE PESQUISA

Apresentação

O Encontro Nacional de Direito do Futuro, realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2024 em formato híbrido, constitui-se, já em sua primeira edição, como um dos maiores eventos científicos de Direito do Brasil. O evento gerou números impressionantes: 374 pesquisas aprovadas, que foram produzidas por 502 pesquisadores. Além do Distrito Federal, 19 estados da federação brasileira estiveram representados, quais sejam, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

A condução dos 29 grupos de trabalho do evento, que geraram uma coletânea de igual número de livros que ora são apresentados à comunidade científica nacional, contou com a valiosa colaboração de 69 professoras e professores universitários de todo o país. Esses livros são compostos pelos trabalhos que passaram pelo rigoroso processo double blind peer review (avaliação cega por pares) dentro da plataforma CONPEDI. A coletânea contém o que há de mais recente e relevante em termos de discussão acadêmica sobre as perspectivas dos principais ramos do Direito.

Tamanho sucesso não seria possível sem o apoio institucional de entidades como o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Mestrado Profissional em Direito e Inovação da Universidade Católica de Pernambuco (PPGDI/UNICAP), o Programa RECAJ-UFMG – Ensino, Pesquisa e Extensão em Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, a Comissão de Direito e Inteligência Artificial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, o Grupo de Pesquisa em Direito, Políticas Públicas e Tecnologia Digital da Faculdade de Direito de Franca e as entidades estudantis da UFMG: o Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP) e o Centro Acadêmico de Ciências do Estado (CACE).

Os painéis temáticos do congresso contaram com a presença de renomados especialistas do Direito nacional. A abertura foi realizada pelo professor Edgar Gastón Jacobs Flores Filho e pela professora Lorena Muniz de Castro e Lage, que discorreram sobre o tema “Educação jurídica do futuro”. O professor Caio Lara conduziu o debate. No segundo e derradeiro dia,

no painel “O Judiciário e a Advocacia do futuro”, participaram o juiz Rodrigo Martins Faria, os servidores do TJMG Priscila Sousa e Guilherme Chiodi, além da advogada e professora Camila Soares. O debate contou com a mediação da professora Helen Cristina de Almeida Silva. Houve, ainda, no encerramento, a emocionante apresentação da pesquisa intitulada “Construindo um ambiente de saúde acessível: abordagens para respeitar os direitos dos pacientes surdos no futuro”, que foi realizada pelo graduando Gabriel Otávio Rocha Benfica em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ele foi auxiliado por seus intérpretes Beatriz Diniz e Daniel Nonato.

A coletânea produzida a partir do evento e que agora é tornada pública tem um inegável valor científico. Seu objetivo é contribuir para a ciência jurídica e promover o aprofundamento da relação entre graduação e pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, busca-se formar novos pesquisadores nas mais diversas áreas do Direito, considerando a participação expressiva de estudantes de graduação nas atividades.

A Escola Superior Dom Helder Câmara, promotora desse evento que entra definitivamente no calendário científico nacional, é ligada à Rede Internacional de Educação dos Jesuítas, da Companhia de Jesus – Ordem Religiosa da Igreja Católica, fundada por Santo Inácio de Loyola em 1540. Atualmente, tal rede tem aproximadamente três milhões de estudantes, com 2.700 escolas, 850 colégios e 209 universidades presentes em todos os continentes. Mantida pela Fundação Movimento Direito e Cidadania e criada em 1998, a Dom Helder dá continuidade a uma prática ético-social, por meio de atividades de promoção humana, da defesa dos direitos fundamentais, da construção feliz e esperançosa de uma cultura da paz e da justiça.

A Dom Helder mantém um consolidado Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito Ambiental e Sustentabilidade, que é referência no país, com entradas nos níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Mantém revistas científicas, como a Veredas do Direito (Qualis A1), focada em Direito Ambiental, e a Dom Helder Revista de Direito, que recentemente recebeu o conceito Qualis A3.

Expressamos nossos agradecimentos a todos os pesquisadores por sua inestimável contribuição e desejamos a todos uma leitura excelente e proveitosa!

Belo Horizonte-MG, 29 de julho de 2024.

Prof. Dr. Paulo Umberto Stumpf – Reitor da ESDHC

Prof. Dr. Franclim Jorge Sobral de Brito – Vice-Reitor e Pró-Reitor de Graduação da ESDHC

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – Pró-Reitor de Pesquisa da ESDHC

A ORGANIZAÇÃO DA ESCRITA JURÍDICA: UMA PROPOSTA INTERVENCIOANISTA NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE/MS

THE ORGANIZATION OF LEGAL WRITING: AN INTERVENTIONAL PROPOSAL AT THE ANHANGUERA UNIVERSITY CENTER OF CAMPO GRANDE/MS

Guilherme Maciulevicius Mungo Brasil [1]
Rejany da Silva [2]
Meire Oliveira [3]

Resumo

A presente pesquisa buscou implementar e avaliar uma intervenção pedagógica, no sentido vygotskiano, visando ao aprimoramento da escrita dos acadêmicos do curso de Direito. Por meio da oferta de um curso para estudantes do sexto ao oitavo semestre, com dez encontros, foram realizados um pré-teste, a proposta de intervenção e um pós-teste, posteriormente reescrito. Trata-se de estudo multicêntrico, realizado em diversos pontos do território nacional. O presente exame se limita aos resultados obtidos com a intervenção no Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS. O cotejo dos dados permite concluir que houve avanço no emprego da escrita jurídica.

Palavras-chave: Habilidade de escrita, Processos pedagógicos, Educação superior

Abstract/Resumen/Résumé

This research sought to implement and evaluate a pedagogical intervention, in the Vygotskian sense, aiming to improve the writing of Law students. By offering a course for the students, with ten meetings, a pre-test, an intervention proposal and a post-test, later rewritten, were carried out. This is a multicenter study, carried out in different parts of the country. This examination is limited to the results obtained with the intervention at the Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS. Comparing the data allows us to conclude that there has been progress in the use of legal writing.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Writing skill, Pedagogical processes, College education

[1] (Orientador) Mestre em Direitos Humanos pela UFMS. Professor de Direito do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP.

[2] Graduanda em Direito no Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS. Bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP.

[3] Graduanda em Direito no Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS.

1. Tema e problema

O presente estudo possui como objeto o processo de aprendizagem e ensino da escrita. De maneira específica, trata-se de escrita qualificada como jurídica, aqui definida como aquela empregada na comunicação e transmissão de ideias e argumentos na ciência do Direito, notadamente em sua praxe, por meio de petições, textos legislativos e documentos congêneres. O Direito só existe e se articula a partir da interlocução entre as pessoas, sejam cidadãos, na condição de partes de um processo, sejam os chamados operadores do Direito, como advogados, juízes, membros do Ministério Público ou mesmo legisladores, ao redigirem as normas jurídicas. Tal interlocução, no mais das vezes, é concretizada por meio da escrita.

O tema será abordado a partir das lentes teóricas fornecidas, em especial, pelos estudos de Lev Vygotski. Daí porque se pressupõe a existência de um processo de mediação entre o sujeito e o contexto em que está inserido na apreensão da escrita, por meio de interações sociais e individuais. A escrita jurídica, assim, pode se desenvolver a partir de uma intervenção, como estímulo externo e interpsicológico, ao indivíduo.

Com efeito, Vygotski (1995) sustenta que o desenvolvimento psíquico do ser humano aparece em dois planos: primeiro no plano social – interpsicológico - e depois no plano individual – intrapsicológico. Daniels (2011, p. 15) entende que, para Vygotski, os elementos mediadores são "o meio pelo qual o indivíduo exerce a ação sobre fatores sociais, culturais e históricos e sofre a ação destes no curso da continua atividade humana". A esse respeito, Oliveira (2010) acrescenta que, no decorrer do processo de desenvolvimento, as relações mediadas predominam sobre as relações diretas e que a mediação é um processo fundamental para tornar possível a atividade voluntária, intencional, controlada pelo próprio sujeito.

Vygotski defende a importância dos processos interpsicológicos para o desenvolvimento da tomada de consciência dos conteúdos aprendidos em situação de ensino. Assim, entende-se que o contexto educativo desempenha papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e que esse desenvolvimento se dá por meio de ações conscientemente internalizadas e controladas pelo próprio sujeito, pelas relações sociais estabelecidas com seu grupo social e mediadas pela linguagem. Essas ações conscientemente controladas são internalizadas por intermédio de um processo interpsicológico, ou seja, com a ajuda externa – que pode ser do professor ou de um colega mais desenvolvido. Assim, entende-se que a intervenção pedagógica é um processo fundamental para provocar avanços no estudante que, espontaneamente, seriam difíceis de ocorrer.

Para Vygotski (1997), a consciência se origina e se desenvolve por meio da fala, ou seja, por meio da linguagem verbal, que é a responsável pela constituição das relações sociais.

Portanto, a origem e o desenvolvimento da consciência estão fundamentados nas relacionais sociais, mediadas por meio da linguagem. Assim, entende-se a consciência como uma atividade mental, que não é inata no ser humano, nem se desenvolve por meio de leis biológicas, mas como um processo mental, oriundo das relações sociais e que possibilita ao ser humano refletir, analisar, planejar, interpretar e decidir suas próprias ações.

Como se pode notar, as categorias de análise e reflexão fornecidas por Vygotski aplicam-se ao desenvolvimento humano como um tudo, não se podendo impor um recorte de idade ou etapa de ensino. Por isso, conclui-se por sua utilização em relação à escrita em nível superior, especificamente a acadêmicos do Curso de Direito.

Nessa ordem de ideias, o problema que move a presente pesquisa consiste em analisar em que medida uma proposta de intervenção na escrita de acadêmicos de Direito pode contribuir para seu aprimoramento. Este trabalho deriva de um projeto multicêntrico, aplicado em diferentes pontos do território nacional, a partir da mesma proposta intervencionista, mediante financiamento da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular – FUNADESP. Cada unidade de execução foi responsável por um plano de trabalho. Aqui, examinam-se os resultados colhidos em unidade de ensino superior denominada Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

2. Objetivos

O objetivo geral do estudo é implementar e avaliar uma intervenção pedagógica mediada pelos processos interpsicológicos, no sentido vygotskiano, em relação aos sujeitos da pesquisa, visando ao aprimoramento da escrita dos acadêmicos do curso de Direito. Para atingir esse intento, adotam-se os seguintes objetivos específicos: implementar e avaliar uma prática de escrita; oportunizar atividades de escrita, de revisão e de rescrita individual e colaborativa, mediadas pelos processos interpsicológicos; avaliar se os elementos mediadores e a abordagem processual de texto, possibilitam o a tomada de consciência e a capacidade de controle sobre os problemas que os textos apresentam.

3. Metodologia

Para realização da pesquisa e coleta de dados, foi ofertado à comunidade acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande um curso de escrita jurídica com duração de dez encontros, com duas horas de duração cada. Foi realizada a inscrição de 29 acadêmicos: 2 do sexto semestre; 2 do sétimo; 6 do oitavo; 4 do nono; e 15 do décimo. Dos inscritos, 21 eram do sexo feminino e 8, do sexo masculino.

Os encontros foram realizados aos sábados pela manhã, com início no dia 16 de setembro de 2023 e encerramento em 25 de novembro do mesmo ano, com a presença média de 15 alunos em cada ocasião. A realização das atividades propostas e a coleta de informações ficou a cargo de um professor da unidade – selecionado e orientado previamente pelos professores coordenadores do projeto –, com apoio de um docente bolsista e quatro voluntários.

Para o desenvolvimento da intervenção pedagógica foram elaboradas atividades de escrita de cunho argumentativo que versavam sobre temas jurídicos de cunho polêmico. As atividades de escrita foram apresentadas aos participantes por meio de *WebQuest*[1], porque entende-se que essa ferramenta, além de "filtrar" os conteúdos para os estudantes, dificulta que se percam na infinidade de informações presentes no meio digital. Ademais, é possível disponibilizar links, para instrumentalizar os acadêmicos com conhecimentos sobre a temática proposta para escrita, a fim de que tenham "o que dizer" no momento da produção do texto escrito.

Foram trabalhadas duas propostas de *WebQuest*: uma, cuja atividade foi utilizada como pré-teste e a outra como pós-teste. Para efeitos de análise foram consideradas essas duas atividades de escrita e a reescrita do pré-teste, totalizando vinte e quatro textos que constituíram o processo análise, sendo doze de pré-teste, sete de pós-teste e cinco de reescrita do pré-teste. Todas as atividades foram realizadas presencialmente no Núcleo de Prática Jurídica da instituição de ensino durante o período regular de implementação do curso.

Cabe mencionar que, para desenvolver as habilidades de escrita durante o curso foram utilizadas diversas atividades como a aplicação de questões discursivas, relativas à formação geral e à formação específica, retiradas da prova do Enade de 2022. A escolha por tais questões justifica-se pela necessidade de os acadêmicos apresentarem uma boa formação em leitura e escrita. Além disso, as questões apresentam potencial para desenvolver, nos acadêmicos, a compreensão e a expressão de um raciocínio argumentativo. Também foram ofertadas outras atividades como a organização das ideias no parágrafo; o encadeamento dessas ideias; o desenvolvimento do percurso argumentativo, além de atividades de revisão – individual e colaborativa – e reescrita com base em uma guia, constituída por cinco itens relativos aos aspectos lógico-semânticos e cinco itens relacionados às questões linguísticas, totalizando, assim, dez itens para análise da tessitura textual.

[1] É entendida como um formato de aula orientada. As tarefas e os instrumentos utilizados para sua resolução são provenientes da *Web*. É um instrumento *on line* elaborado, por exemplo, para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa o qual pode estimular um envolvimento maior dos estudantes acerca de um determinado tema (BACICH, 2021).

Tabela 1 – Guia para Escrita e/ou Revisão

Aspectos lógico-semânticos	Aspectos linguísticos
1. O gênero textual em tela apresenta todos os elementos necessários à sua adequada constituição?	**6.** Quanto à forma, o parágrafo está bem estruturado, isto é, apresenta uma ideia-núcleo e outras ideias segundarias para desenvolver a ideia principal?
2. A argumentação apresenta uma sequência lógica de ideias, ou seja, um fio condutor de raciocínio?	**7.** As frases dentro do parágrafo estão excessivamente longas e/ou incompletas?
3. As ideias apresentam um encadeamento lógico por meio de elementos coesivos?	**8.** Há elementos coesivos para encadear as ideias entre as frases e entre os parágrafos?
4. O(s) argumento(s) apresentam poder de convencimento?	**9.** O vocabulário empreado está de acordocom o padrão culto e com o gênero textual em estudo?
5. A fundamentação jurídica está clara e possui força argumentativa?	**10.** O texto apresenta problemas relativosà norma culta como problemas de pontuação, de concordância e de regências, assim como erros gramaticais e ortográficos?

Fonte: própria

Pela natureza da coleta de dados necessária, o trabalho foi submetido à análise do competente comitê de ética em pesquisa e devidamente aprovado. Os participantes foram informados sobre a pesquisa, seus propósitos e o uso dos dados coletados, consentido e firmando o respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi garantido o sigilo das informações pessoais dos sujeitos da pesquisa.

4. Desenvolvimento da pesquisa

De acordo com a proposta metodológica, o pré-teste foi aplicado antes da intervenção proposta, no segundo encontro, de modo a se ter um parâmetro avaliativo inicial. Consistiu na escrita de um texto dissertativo-argumentativo cujo assunto é pertinente à área jurídica e demandou análise dos aspectos constitucionais e legais envolvidos, além de capacidade de convencimento, por meio de *WebQuest*[2]. A cada um dos itens de mencionada guia de escrita e revisão (tabela 1) foi atribuída uma nota positiva, neutra ou negativa. Doze estudantes realizaram a atividade proposta.

Fixados os parâmetros de base da pesquisa, sucederam-se seis encontros semanais, em conformidade com a proposta, em que foram intercalados momentos de exposição dialogada

[2] "Com base nas informações apresentadas na temática em questão e nos textos sugeridos para leitura, reflita a respeito do tema proposto e elabore uma argumentação convincente capaz de responder aos seguintes questionamentos: 1- A Lei Maria da Penha é Constitucional e, atualmente, necessária? 2- A interpretação que abrangeu as mulheres transgênero no amparo da Lei Maria da Penha foi um avanço legislativo e trouxe benefícios sociais? Se sim, quais?"

pelo professor responsável com outro de análise de textos, bem e mal escritos, e de reescrita individual e coletiva. As intervenções realizadas tiveram o objetivo de contribuir para a mediação entre o contexto e o estudante, operando processo interpsicológicos, com o intuito de possibilitar a tomada de consciência e a capacidade de controle sobre a escrita jurídica.

No encontro de número nove, foi aplicado o pós-teste. Assim como na realização do pré-teste, optou-se pela utilização *WebQuest* para orientar a elaboração de um texto dissertativo argumentativo que permitisse aos sujeitos explorar a escrita jurídica[3]. Novamente, para cada um dos itens da guia utilizada foi atribuída uma nota positiva, neutra ou negativa. Nessa oportunidade, o número de participantes caiu de doze para sete.

No décimo e último encontro, foi proposta aos participantes a reescrita do texto elaborado na ocasião anterior. Antes, contudo, mantendo o sigilo dos autores e de forma respeitosa, foram analisados com os estudantes presentes fragmentos problemáticos retirados da escrita do pós-teste. O instrumento possibilitou verificar a consolidação do que foi apreendido e reforçar as conclusões do pós-teste.

A evolução dos participantes ao longo da intervenção e de acordo com os parâmetros colhidos por meio das atividades propostas pode ser visualizada da seguinte forma, realizando-se a subtração das notas negativas das positivas e desconsiderando-se as neutras, por item avaliado em cada um dos instrumentos utilizados:

Tabela 2 – Evolução por quesitos

Quesito	Pré-teste	Pós-teste	Reescrita
1	50%	100% (+50%)	100% (+50%)
2	16,7%	42,8% (+26,1)	80% (+63,3%)
3	25%	57,2% (+32,2)	80% (+55%)
4	58,3%	57,1% (-1,2%)	80% (+21,7%)
5	-25,6%	28,6% (+54,2%)	60% (+85,6%)
6	66,6%	57,1% (-9,5%)	80% (+13,4%)
7	-16,6%	14,3% (+30,9%)	20% (+36,6%)
8	-16,6%	42,9% (+59,5)	60% (+76,6%)
9	91,6%	71,4% (-20,2%)	100% (+8,4%)
10	-16,6%	-28,5% (-11,9%)	-40% (-23,4%)

Fonte: própria

[3] "Com base nas informações apresentadas na temática em questão e nos textos sugeridos para leitura, reflita a respeito do tema proposto e elabore uma argumentação convincente capaz de responder aos seguintes questionamentos: 1- O reconhecimento da filiação socioafetiva possui quais reflexos e amparos jurídicos? 2- Qual o impacto social do reconhecimento da filiação socioafetiva?"

A análise demonstra significativa evolução geral dos participantes da pesquisa. O grupo iniciou a proposta com domínio razoável sobre a estrutura do texto dissertativo-argumentativo (item "1"), desenvolvendo suas ideias de maneira coesa (itens "2" e "3"), com poder de argumentação geral convincente (item "4"), boa exposição de ideias no parágrafo (item "6") e fazendo uso da norma culta (item 9). No princípio, notou-se deficiência em argumentos especificamente jurídicos e fundamentados (item "5"), além da estruturação das frases no parágrafo com extensão que dificulta a objetividade (item "6"), em que pese a mencionada exposição das ideias a contento. A falta de domínio de elementos coesivos como suporte ao texto também foi evidenciada (item "8"), assim como as falhas na gramática e na ortografia (item "10").

Após a identificação dessa realidade, nos encontros realizados, foi possível ao professor responsável orientar a intervenção para os pontos de atenção necessários. Com isso, no pós-teste, constatou-se melhora na escrita jurídica em geral dos participantes. Por outro lado, os resultados obtidos na reescrita deixam claro que a intervenção direcionada, especificamente, à adequação do texto anteriormente escrito garante domínio superior aos participantes, cujo desempenho evoluiu expressivamente na última avaliação.

No entanto, a despeito da melhora, ficaram abaixo dos demais quesitos os relativos à estruturação dos parágrafos, notadamente o tópico "7", e à correção da norma culta, como indica o item "10".

5. Conclusões

O presente trabalho buscou promover intervenções que conduzissem a processos interpsicológicos para mediação na escrita jurídica, propiciando seu aprimoramento e domínio pelo participante. A proposta consistiu em um curso composto por dez encontros, em que foram realizados não apenas os momentos de intervenção, mas também de coleta de dados. Trata-se da experiência tida no Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande/MS, unidade que executou um projeto multicêntrico com esse escopo.

O objetivo adotado foi o de implementar e avaliar uma intervenção pautada no marco teórico vygotskiano. Para tanto, foi aplicado um pré-teste, cujos resultados compõem a base inicial para aferição dos resultados. Depois de realizada a intervenção, foi aplicado um pós-teste com os participantes e, de modo a ratificar os dados colhidos, foi feito um novo exame com a reescrita do pós-teste.

Nessa linha, o cotejo entre os textos iniciais e os finais demonstrou que, de fato, a proposta foi eficaz: a escrita jurídica dos participantes foi aprimorada significativamente após

a intervenção. Alguns pontos, como o gênero textual, a fundamentação jurídica e o uso de conectivos, melhoraram. Outros, notadamente ligados à estrutura dos parágrafos e à norma culta, potencialmente derivados da formação básica dos estudantes, não tiveram avanço notado. De todo modo, conforme exposto, é possível concluir que houve avanços mensuráveis.

Referências

BACICH, Lilian. WebQuest: como organizar uma atividade significativa de pesquisa. **Inovação na educação.** São Paulo, 22 de março de 2020. Disponível em: https://lilianbacich.com/2020/03/22/webquest-como-organizar-uma-atividade-significativa-de-pesquisa/ Acesso em: 25 de agosto de 2023.

DANIELS, Harry. **Vygotsky e a pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

OLIVEIRA, Maria Kohl. **Vygotsky**: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas**: método de investigación. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas**: el problema de la conciencia. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.